

ÍNDICE-SUMÁRIO

CÓDIGO PENAL

DECRETO-LEI Nº 400/82, DE 23 DE SETEMBRO	7
DECRETO-LEI Nº 48/95, DE 15 DE MARÇO	11
LEI Nº 59/2007, DE 4 DE SETEMBRO	19

LIVRO I Parte Geral	41
TÍTULO I Da lei criminal	41
CAPÍTULO ÚNICO Princípios gerais	41
TÍTULO II Do facto	44
CAPÍTULO I Pressupostos da punição	44
CAPÍTULO II Formas do crime	48
CAPÍTULO III Causas que excluem a ilicitude e a culpa	50
TÍTULO III Das consequências jurídicas do facto	52
CAPÍTULO I Disposição preliminar	52
CAPÍTULO II Penas	52
SECÇÃO I Penas de prisão, de multa e de proibição do exercício de profissão, função ou atividade	52
SECÇÃO II Suspensão da execução da pena de prisão	57
SECÇÃO III Prestação de trabalho a favor da comunidade e admoestação	60
SECÇÃO IV Liberdade condicional	62
CAPÍTULO III Penas acessórias e efeitos das penas	64
CAPÍTULO IV Escolha e medida da pena	67
SECÇÃO I Regras gerais	67
SECÇÃO II Reincidência	69
SECÇÃO III Punição do concurso de crimes e do crime continuado	70
SECÇÃO IV Desconto	71
CAPÍTULO V Pena relativamente indeterminada	72
SECÇÃO I Delinquentes por tendência	72
SECÇÃO II Alcoólicos e equiparados	73
SECÇÃO III Disposições comuns	74
CAPÍTULO VI Pessoas colectivas	75
CAPÍTULO VII Medidas de segurança	79
SECÇÃO I Internamento de inimputáveis	79

SECÇÃO II Suspensão da execução do internamento	81
SECÇÃO III Execução da pena e da medida de segurança privativas da liberdade	81
SECÇÃO IV Medidas de segurança não privativas da liberdade	82
CAPÍTULO VIII Internamento de imputáveis portadores de anomalia psíquica	84
CAPÍTULO IX Perda de instrumentos, produtos e vantagens	85
TÍTULO IV Queixa e acusação particular	88
TÍTULO V Extinção da responsabilidade criminal	90
CAPÍTULO I Prescrição do procedimento criminal	90
CAPÍTULO II Prescrição das penas e das medidas de segurança	92
CAPÍTULO III Outras causas de extinção	94
TÍTULO VI Indemnização de perdas e danos por crime	94
LIVRO II Parte Especial	97
TÍTULO I Dos crimes contra as pessoas	97
CAPÍTULO I Dos crimes contra a vida	97
CAPÍTULO II Dos crimes contra a vida intra-uterina	100
CAPÍTULO III Dos crimes contra integridade física	101
CAPÍTULO IV Dos crimes contra a liberdade pessoal	107
CAPÍTULO V Dos crimes contra liberdade e autodeterminação sexual	112
SECÇÃO I Crimes contra a liberdade sexual	112
SECÇÃO II Crimes contra a autodeterminação sexual	115
SECÇÃO III Disposições comuns	118
CAPÍTULO VI Dos crimes contra a honra	119
CAPÍTULO VII Dos crimes contra a reserva da vida privada	122
CAPÍTULO VIII Dos crimes contra outros bens jurídicos pessoais	124
TÍTULO II Dos crimes contra o património	125
CAPÍTULO I Disposição preliminar	125
CAPÍTULO II Dos crimes contra a propriedade	126
CAPÍTULO III Dos crimes contra o património em geral	132
CAPÍTULO IV Dos crimes contra direitos patrimoniais	136
CAPÍTULO V Dos crimes contra o sector público ou cooperativo agravados pela qualidade do agente	139
TÍTULO III Dos crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal	139
TÍTULO IV Dos crimes contra a vida em sociedade	142
CAPÍTULO I Dos crimes contra a família, os sentimentos religiosos e o respeito devido aos mortos	142
SECÇÃO I Dos crimes contra a família	142
SECÇÃO II Dos crimes contra sentimentos religiosos	143
SECÇÃO III Dos crimes contra o respeito devido aos mortos	144
CAPÍTULO II Dos crimes de falsificação	145
SECÇÃO I Disposição preliminar	145
SECÇÃO II Falsificação de documentos	146
SECÇÃO III Falsificação de moeda, título de crédito e valor selado	148
SECÇÃO IV Falsificação de cunhos, pesos e o objectos análogos	151
SECÇÃO V Disposição comum	152
CAPÍTULO III Dos crimes de perigo comum	152

CAPÍTULO IV Dos crimes contra a segurança das comunicações	160
CAPÍTULO V Dos crimes contra a ordem e tranquilidade públicas	164
SECÇÃO I Dos crimes de anti-socialidade perigosa	164
SECÇÃO II Dos crimes contra a paz pública	164
SECÇÃO III Dos crimes contra sinais de identificação	167
TÍTULO V Dos crimes contra o Estado	167
CAPÍTULO I Dos crimes contra a segurança do Estado	167
SECÇÃO I Dos crimes contra a soberania nacional	167
SUBSECÇÃO I Dos crimes contra a independência e a integridade nacionais	167
SUBSECÇÃO II Dos crimes contra estados estrangeiros e organizações internacionais	170
SECÇÃO II Dos crimes contra a realização do estado de direito	171
SECÇÃO III Dos crimes eleitorais	175
SECÇÃO IV Disposições comuns	177
CAPÍTULO II Dos crimes contra a autoridade pública	178
SECÇÃO I Da resistência, desobediência e falsas declarações à autoridade pública	178
SECÇÃO II Da tirada e evasão de presos e do não cumprimento de obrigações impostas por sentença criminal	179
SECÇÃO III Da violação de providências públicas	180
SECÇÃO IV Usurpação de funções	181
CAPÍTULO III Dos crimes contra a realização da justiça	181
CAPÍTULO IV Dos crimes cometidos no exercício de funções públicas	186
SECÇÃO I Da corrupção	186
SECÇÃO II Do peculato	188
SECÇÃO III Do abuso de autoridade	189
SECÇÃO IV Da violação de segredo	191
SECÇÃO V Do abandono de funções	192
SECÇÃO VI Disposição geral	192
TÍTULO VI Dos crimes contra animais de companhia	193

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

REGIME JURÍDICO DO CHEQUE SEM PROVISÃO

DECRETO-LEI Nº 454/91, DE 28 DE DEZEMBRO	197
DECRETO-LEI Nº 316/97 DE 19 DE NOVEMBRO	201
LEI Nº 48/2005, DE 29 DE AGOSTO	205
CAPÍTULO I Das restrições ao uso de cheque	207
CAPÍTULO II Obrigatoriedade de pagamento	210
CAPÍTULO III Regime penal do cheque	211
CAPÍTULO IV Contra-ordenações	214
CAPÍTULO V Disposições finais	215

INFRAÇÕES ANTIECONÓMICAS E CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

DECRETO-LEI Nº 28/84, DE 20 DE JANEIRO	217
--	-----

CAPÍTULO I Princípios gerais	222
CAPÍTULO II Dos crimes contra a economia e contra a saúde pública	223
SECÇÃO I Princípios gerais	223
SECÇÃO II Dos crimes em especial	229
SUBSECÇÃO I Crimes contra a saúde pública	229
SUBSECÇÃO II Crimes contra a economia	230
SECÇÃO III Do processo	238
CAPÍTULO III Das contra-ordenações	241
SECÇÃO I Princípios gerais	241
SECÇÃO II Das contra-ordenações em especial	243
SECÇÃO III Do processo	247
CAPÍTULO IV Definições e classificações	250
CAPÍTULO V Disposições finais	253
REGIME GERAL DAS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS	
LEI Nº 15/2001, DE 5 DE JUNHO	255
PARTE I Princípios gerais	255
CAPÍTULO I Disposições comuns	255
CAPÍTULO II Disposições aplicáveis aos crimes tributários	259
CAPÍTULO III Disposições aplicáveis às contra-ordenações	264
PARTE II Do processo	268
CAPÍTULO I Processo penal tributário	268
CAPÍTULO II Processo de contra-ordenação tributária	273
SECÇÃO I Disposições gerais	273
SECÇÃO II Processo de aplicação das coimas	278
SUBSECÇÃO I Da fase administrativa	278
SUBSECÇÃO II Da fase judicial	283
PARTE III Das infracções tributárias em especial	285
TÍTULO I Crimes tributários	285
CAPÍTULO I Crimes tributários comuns	285
CAPÍTULO II Crimes aduaneiros	287
CAPÍTULO III Crimes fiscais	291
CAPÍTULO IV Crimes contra a segurança social	293
TÍTULO II Contra-ordenações tributárias	294
CAPÍTULO I Contra-ordenações aduaneiras	294
CAPÍTULO II Contra-ordenações fiscais	299
REGIME DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS	
LEI Nº 34/87, DE 16 DE JULHO	309
CAPÍTULO I Dos crimes de responsabilidade de titular de cargo político em geral	309
CAPÍTULO II Dos crimes de responsabilidade de titular de cargo político em especial	311
CAPÍTULO III Dos efeitos das penas	318

CAPÍTULO IV Regras especiais de processo	319
CAPÍTULO V Da responsabilidade civil emergente de crime de responsabilidade de titular de cargo político	322
CAPÍTULO VI Disposição final	323
LEI DO CIBERCRIME	
LEI Nº 109/2009, DE 15 DE SETEMBRO	325
CAPÍTULO I Objecto e definições	325
CAPÍTULO II Disposições penais materiais	326
CAPÍTULO III Disposições processuais	329
CAPÍTULO IV Cooperação internacional	335
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	338
LEI DO JOGO	
DECRETO-LEI Nº 422/89, DE 2 DE DEZEMBRO	341
CAPÍTULO I Disposições gerais	342
CAPÍTULO II Das concessões	345
CAPÍTULO III Dos bens afectos às concessões	348
CAPÍTULO IV Dos casinos	351
SECÇÃO I Disposições gerais	351
SECÇÃO II Das salas de jogos	354
CAPÍTULO V Da prática dos jogos nos casinos	360
CAPÍTULO VI Das pessoas afectas à exploração e à prática dos jogos em casinos	365
SECÇÃO I Dos órgãos das concessionárias e das direcções dos casinos	365
SECÇÃO II Do pessoal das salas de jogos	368
CAPÍTULO VII Do regime fiscal	371
CAPÍTULO VIII Da inspecção e das garantias	376
SECÇÃO I Da inspecção	376
SECÇÃO II Das garantias	378
CAPÍTULO IX Ilícitos e sanções	380
SECÇÃO I Dos crimes	380
SECÇÃO II Violação de deveres das concessionárias	382
SECÇÃO III Contra-ordenações praticadas pelos empregados das concessionárias	386
SECÇÃO IV Contra-ordenações praticadas pelos frequentadores das salas de jogos	388
CAPÍTULO X Planos de obras das zonas de jogo	389
CAPÍTULO XI Das modalidades afins dos jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo	391
CAPÍTULO XII Disposições transitórias e finais	394
TRÁFICO E CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS	
DECRETO-LEI Nº 15/93, DE 22 DE JANEIRO	395
CAPÍTULO I Disposições gerais	395
CAPÍTULO II Autorizações, fiscalização e prescrições médicas	396

CAPÍTULO III Tráfico, branqueamento e outras infracções	402
CAPÍTULO IV Consumo e tratamento	409
CAPÍTULO V Legislação subsidiária	412
CAPÍTULO VI Regras especiais	415
CAPÍTULO VII Contra-ordenações e coimas	417
CAPÍTULO VIII Disposições finais	418
Tabelas das plantas, substâncias e preparações sujeitas a controlo	421
REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS	
LEI Nº 30/2000, DE 29 DE NOVEMBRO	435
REGIME DE RESPONSABILIDADE PENAL POR COMPORTAMENTOS ANTIDESPORTIVOS	
LEI Nº 50/2007, DE 31 DE AGOSTO	445
CAPÍTULO I Disposições gerais	447
CAPÍTULO II Crimes	449
CAPÍTULO III Disposições finais	452
REGIME DE RESPONSABILIDADE PENAL POR CRIMES DE CORRUPÇÃO COMETIDOS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL E NA ATIVIDADE PRIVADA	
LEI Nº 20/2008, DE 21 DE ABRIL	453
CAPÍTULO I Disposições gerais	453
CAPÍTULO II Crimes	455
CAPÍTULO III Disposições finais	456
REGIME JURÍDICO DAS ARMAS E SUAS MUNIÇÕES	
LEI Nº 5/2006, DE 23 DE FEVEREIRO	457
CAPÍTULO I Disposições gerais	457
SECÇÃO I Objecto, âmbito, definições legais e classificação das armas	457
SECÇÃO II Aquisição, detenção, uso e porte de armas	474
CAPÍTULO II Homologação, licenças para uso e porte de armas ou sua detenção	480
SECÇÃO I Homologação, tipos de licença e atribuição	480
SECÇÃO II Cursos de formação e de actualização, exames e certificados	486
SECÇÃO III Renovação e caducidade das licenças	489
CAPÍTULO III Aquisição de armas e munições	490
SECÇÃO I Autorizações de aquisição e declarações de compra e venda ou doação de armas	490
SECÇÃO II Aquisição de munições	492
SECÇÃO III Aquisição por sucessão mortis causa e cedência por empréstimo	493
CAPÍTULO IV Normas de conduta de portadores de armas	495
SECÇÃO I Obrigações comuns	495
SECÇÃO II Uso de armas de fogo, eléctricas e aerossóis de defesa	496
SECÇÃO III Proibição de detenção, uso e porte de arma	498
CAPÍTULO V Armeiros	499

SECÇÃO I Tipos de alvarás, sua atribuição e cassação	499
SECÇÃO II Obrigações dos armeiros, registos e mapas	502
SECÇÃO III Obrigações dos armeiros no fabrico, montagem e reparação de armas	504
CAPÍTULO VI Carreiras e campos de tiro	505
SECÇÃO I Prática de tiro	505
SECÇÃO II Atribuição de alvarás, sua cedência e cassação	505
CAPÍTULO VII Importação, exportação, transferência e cartão europeu de arma de fogo	506
SECÇÃO I Importação e exportação de armas e munições	506
SECÇÃO II Transferência	514
SECÇÃO III Cooperação internacional e administrativa	517
SECÇÃO IV Cartão europeu de arma de fogo	518
CAPÍTULO VIII Manifesto	519
SECÇÃO I Marcação e registo	519
CAPÍTULO IX Disposições comuns	521
CAPÍTULO X Responsabilidade criminal e contra-ordenacional	526
SECÇÃO I Responsabilidade criminal e crimes de perigo comum	526
SECÇÃO II Penas acessórias e medidas de segurança	528
SECÇÃO III Responsabilidade contra-ordenacional	531
SECÇÃO IV Regime subsidiário e competências	535
SECÇÃO V Apreensão de armas e cassação de licenças	536
SECÇÃO VI Operações especiais de prevenção criminal	539
CAPÍTULO XI Disposições transitórias e finais	541
SECÇÃO I Regime transitório	541
SECÇÃO II Revogação e início de vigência	544
MEDIDAS TENDENTES À ENTREGA DE ARMAMENTO, EXPLOSIVOS E MUNIÇÕES ILEGALMENTE DETIDOS	
LEI Nº 1/98, DE 8 DE JANEIRO	547
LEI DE COMBATE AO TERRORISMO	
LEI Nº 52/2003, DE 22 DE AGOSTO	549
MEDIDAS DE COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO	555
LEI Nº 83/2017, DE 18 DE AGOSTO	555
CAPÍTULO I Disposições gerais	555
SECÇÃO I Objecto e conceitos	555
SECÇÃO II Âmbito de aplicação	562
CAPÍTULO II Avaliação nacional de risco	568
CAPÍTULO III Limites à utilização de numerário	570
CAPÍTULO IV Deveres gerais	571
SECÇÃO I Disposição geral	571
SECÇÃO II Dever de controlo	571

SUBSECÇÃO I Disposições gerais	571
SUBSECÇÃO II Disposições específicas	574
SUBSECÇÃO III Políticas de grupo	583
SECÇÃO III Dever de identificação e diligência	585
SUBSECÇÃO I Identificação e diligência normal	585
DIVISÃO I Disposições gerais	585
DIVISÃO II Beneficiários efetivos	590
SUBSECÇÃO II Medidas simplificadas	594
SUBSECÇÃO III Medidas reforçadas	595
SUBSECÇÃO IV Obrigação de atualização	599
SUBSECÇÃO V Execução por terceiros	600
SECÇÃO IV Dever de comunicação	602
SUBSECÇÃO I Comunicação de operações suspeitas	602
SUBSECÇÃO II Outras comunicações	603
SECÇÃO V Dever de abstenção e decisões de suspensão	604
SECÇÃO VI Outros deveres	606
SECÇÃO VII Proteção e tratamento de dados pelas entidades obrigadas	614
CAPÍTULO V Deveres específicos das entidades financeiras	617
SECÇÃO I Disposições gerais	617
SECÇÃO II Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo	618
SECÇÃO III Dever específico de identificação e diligência	619
SUBSECÇÃO I Contratos de seguros de vida	619
SUBSECÇÃO II Relações de correspondência	620
SECÇÃO IV Atividade em Portugal de entidades financeiras com sede no exterior	622
CAPÍTULO VI Deveres específicos das entidades não financeiras	624
SECÇÃO I Disposições gerais	624
SECÇÃO II Disposições específicas	625
SUBSECÇÃO I Jogos	625
SUBSECÇÃO II Profissões jurídicas	626
SUBSECÇÃO III Dissuasão da prática de atividade ilegal	627
CAPÍTULO VII Autoridades competentes	628
SECÇÃO I Autoridades competentes	628
SUBSECÇÃO I Autoridades judiciais e policiais	628
SUBSECÇÃO II Unidade de Informação Financeira	629
SUBSECÇÃO III Autoridades setoriais	630
DIVISÃO I Setor financeiro	630
DIVISÃO II Setor não financeiro	632
DIVISÃO III Comunicação de atividades imobiliárias	634
DIVISÃO IV Entidades equiparadas a entidades obrigadas	634
SECÇÃO II Poderes das autoridades setoriais	634
SECÇÃO III Deveres das autoridades setoriais	638
SECÇÃO IV Supervisão das instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica com sede noutro Estado membro da União Europeia	642

SECÇÃO V Denúncia de irregularidades	643
SECÇÃO VI Autorizações e avaliação da competência e idoneidade de órgãos sociais	644
CAPÍTULO VIII Informação e dados estatísticos	647
SECÇÃO I Informação	647
SECÇÃO II Recolha, manutenção e publicação	648
CAPÍTULO IX Cooperação	652
SECÇÃO I Cooperação nacional	652
SECÇÃO II Cooperação internacional	657
SUBSECÇÃO I Cooperação entre autoridades setoriais	657
DIVISÃO I Disposições gerais	657
DIVISÃO II Cooperação entre autoridades de supervisão do setor financeiro	661
SUBSECÇÃO II Cooperação entre Unidades de Informação Financeira	662
SUBSECÇÃO III Cooperação com as Autoridades Europeias de Supervisão e com o Banco Central Europeu	665
SUBSECÇÃO IV Cooperação entre a Unidade de Informação Financeira e a Comissão Europeia	666
CAPÍTULO X Entidades equiparadas a entidades obrigadas	666
SECÇÃO I Entidades gestoras de plataformas de financiamento colaborativo	666
SECÇÃO II Organizações sem fins lucrativos	667
CAPÍTULO XI Medidas de execução do Regulamento (UE) 2015/847	669
CAPÍTULO XII Regime sancionatório	672
SECÇÃO I Ilícitos criminais	672
SECÇÃO II Ilícitos contraordenacionais	673
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	673
SUBSECÇÃO II Ilícitos em especial	676
SUBSECÇÃO III Disposições processuais	687
SUBSECÇÃO IV Recurso	691
SUBSECÇÃO V Outras disposições	691
SECÇÃO III Ilícitos disciplinares	693
CAPÍTULO XIII Alterações legislativas	693
CAPÍTULO XIV Disposições transitórias e finais	694
REGIME DA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DE ATOS ILÍCITOS PRATICADOS A BORDO DE AERONAVES CIVIS, EM VOOS COMERCIAIS	
DECRETO-LEI Nº 254/2003, DE 18 DE OUTUBRO	699
LEI PENAL RELATIVA ÀS VIOLAÇÕES DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	
LEI Nº 31/2004, DE 22 DE JULHO	705
CAPÍTULO I Disposições gerais	705
CAPÍTULO II Crimes	708
SECÇÃO I Crime de genocídio e crimes contra a humanidade	708

SECÇÃO II Crimes de guerra	709
SECÇÃO III Crime de agressão internacional	713
SECÇÃO IV Outros crimes	714
CAPÍTULO III Disposição comum	715
REGIME GERAL DAS CONTRAORDENAÇÕES	
DECRETO-LEI Nº 433/82, DE 27 DE OUTUBRO	717
I PARTE Da contra-ordenação e da coima em geral	721
CAPÍTULO I Âmbito de vigência	721
CAPÍTULO II Da contra-ordenação	722
CAPÍTULO III Da coima e das sanções acessórias	724
CAPÍTULO IV Prescrição	727
CAPÍTULO V Do direito subsidiário	729
II PARTE Do processo de contra-ordenação	730
CAPÍTULO I Da competência	730
CAPÍTULO II Princípios e disposições gerais	732
CAPÍTULO III Da aplicação da coima pelas autoridades administrativas	733
CAPÍTULO IV Recurso e processo judiciais	736
CAPÍTULO V Processo de contra-ordenação e processo criminal	741
CAPÍTULO VI Decisão definitiva, caso julgado e revisão	742
CAPÍTULO VII Processos especiais	743
CAPÍTULO VIII Da execução	744
CAPÍTULO IX Das custas	746
CAPÍTULO X Disposição final	747
REGIME PENAL ESPECIAL PARA JOVENS	
DECRETO-LEI Nº 401/82, DE 23 DE SETEMBRO	749
LEI TUTELAR EDUCATIVA	
LEI Nº 166/99, DE 14 DE SETEMBRO	755
LEI Nº 4/2015, DE 15 DE JANEIRO	759
TÍTULO I Disposição introdutória	761
TÍTULO II Das medidas tutelares educativas	761
CAPÍTULO I Disposições gerais	761
CAPÍTULO II Conteúdo das medidas	764
CAPÍTULO III Regime das medidas	768
CAPÍTULO IV Interactividade entre penas e medidas tutelares	769
TÍTULO III Dos tribunais	772
CAPÍTULO I Tribunal	772
CAPÍTULO II Ministério Público	775
TÍTULO IV Do Processo tutelar	776
CAPÍTULO I Princípios gerais	776
CAPÍTULO II Identificação, detenção e medidas cautelares	779
SECÇÃO I Identificação	779
SECÇÃO II Detenção	779
SECÇÃO III Medidas cautelares	781

CAPÍTULO III Provas	783
CAPÍTULO IV Inquérito	785
SECÇÃO I Abertura	785
SECÇÃO II Formalidades	786
SECÇÃO III Suspensão do processo	788
SECÇÃO IV Encerramento	789
CAPÍTULO V Fase jurisdicional	791
SECÇÃO I Natureza e actos preliminares	791
SECÇÃO II Audiência prévia	792
SECÇÃO III Audiência	799
SECÇÃO IV Recursos	801
CAPÍTULO VI Tempos dos atos	803
CAPÍTULO VII Direito subsidiário	803
TÍTULO V Da execução das medidas	803
CAPÍTULO I Princípios gerais	803
CAPÍTULO II Revisão das medidas tutelares	805
CAPÍTULO III Regras de execução das medidas não institucionais	808
CAPÍTULO IV Internamento em centro educativo	809
SECÇÃO I Disposições gerais	809
SECÇÃO II Princípios da intervenção em centro educativo	816
SECÇÃO III Direitos e deveres dos menores	819
SECÇÃO IV Prémios	822
SECÇÃO V Medidas de contenção	822
SECÇÃO VI Regime disciplinar	824
SUBSECÇÃO I Princípios gerais	824
SUBSECÇÃO II Procedimento disciplinar	830
SUBSECÇÃO III Execução das medidas disciplinares	830
SECÇÃO VII Centros educativos	831
TÍTULO VI Registo de medidas tutelares educativas	832
TÍTULO VII Acompanhamento da execução e avaliação da Lei Tutelar Educativa	836
PROTEÇÃO DE MENORES	
LEI Nº 113/2009, DE 17 DE SETEMBRO	837
LEI DE SAÚDE MENTAL	
LEI Nº 36/98, DE 24 DE JULHO	843
CAPÍTULO I Disposições gerais	843
CAPÍTULO II Do internamento compulsivo	845
SECÇÃO I Disposições gerais	845
SECÇÃO II Dos direitos e deveres	846
SECÇÃO III Internamento	847
SECÇÃO IV Internamento de urgência	850
SECÇÃO V Casos especiais	852
SECÇÃO VI Disposições comuns	853
SECÇÃO VII Da natureza e das custas do processo	855

SECÇÃO VIII Comissão de acompanhamento	855
CAPÍTULO III Disposições transitórias e finais	856
SECÇÃO I Disposições transitórias	856
SECÇÃO II Disposições finais	857
PROCRIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA	
LEI Nº 32/2006, DE 26 DE JULHO	859
LEI Nº 58/2017, DE 25 DE JULHO	861
CAPÍTULO I Disposições gerais	863
CAPÍTULO II Utilização de técnicas de PMA	867
CAPÍTULO III Inseminação artificial	870
CAPÍTULO IV Fertilização <i>in vitro</i>	872
CAPÍTULO V Diagnóstico genético pré-implantação	873
CAPÍTULO VI Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	874
CAPÍTULO VII Sanções	876
SECÇÃO I Responsabilidade criminal	876
SECÇÃO II Ilícito contra-ordenacional	878
SECÇÃO III Sanções acessórias	879
SECÇÃO IV Direito subsidiário	879
CAPÍTULO VIII Disposições finais	879
LEI DA INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ	
LEI Nº 16/2007, DE 17 DE ABRIL	881
REGULAMENTAÇÃO DA LEI DA INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ	
PORTARIA Nº 741-A/2007, DE 21 DE JUNHO	885
CAPÍTULO I Disposições gerais	885
CAPÍTULO II Estabelecimentos de saúde oficiais	888
CAPÍTULO III Estabelecimentos de saúde oficialmente reconhecidos	889
CAPÍTULO IV Interrupção da gravidez por opção da mulher	889
CAPÍTULO V Interrupção da gravidez por grave doença ou malformação congénita do feto ou fetos inviáveis	891
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	892